

Homem: Objeto ou Sujeito para Skinner?¹

Nilza Micheletto

Tereza Maria de Azevedo Pires Sérgio

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Uma antiga e bastante difundida crítica ao behaviorismo radical de Skinner refere-se à concepção de homem que estaria implícita nesta perspectiva. Parece ser primordialmente com esta crítica que Skinner se preocupa em *About Behaviorism* (1974/1976)⁽²⁾ e as diversas maneiras nas quais ela pode se manifestar são apresentadas na introdução deste livro. Em Richelle (1981) pode-se encontrar também uma interessante apresentação de manifestações desta mesma crítica.

Colocada em sua forma mais simples, esta crítica afirma que o homem não é visto como agente, como ser ativo, capaz de imprimir direção a suas ações, a sua vida. Isto é, que o homem não é visto como sujeito. Ao contrário, seria ele objeto do controle do ambiente, receptáculo de influências, passivo, mero reflexo de determinações externas e alheias a ele. Como um corolário desta concepção, a sociedade, a comunidade humana e os grupos sociais teriam como características básicas a disciplina, a ordem, o controle, a previsibilidade. A organização da vida social se resolveria na regência monótona de recompensas e punições.

É nosso objetivo, neste texto, destacar algumas afirmações de Skinner que indicam que, se se pretende manter a crítica, ela precisa, no mínimo, de maior sustentação.

Sem fazer uma análise exaustiva dos textos de Skinner – e neste sentido esta exposição não se pretende conclusiva – indicaremos alguns aspectos da concepção skinneriana, não necessariamente novos ou recentes, que parecem se contrapor a esta crítica. Neste sentido, o texto pretende muito mais colocar elementos para a discussão da concepção de homem implícita no behaviorismo radical.

Como a crítica centra-se na suposição de que o homem é visto como objeto em contraposição a um homem sujeito, iniciaremos nossa análise abordando sucintamente alguns dos significados que o termo sujeito pode ter.

Um primeiro significado do termo sujeito que pode ser identificado não vincula este termo exclusivamente ao homem. O termo sujeito pode ser usado para se referir a qualquer coisa que tenha existência por si mesma, seja uma planta, um animal, um acontecimento ou mesmo o homem; neste sentido o termo não se destina a nenhum ser em especial: todos os seres são sujeitos, já que são passíveis de receber determinados atributos que lhe dão identidade.

Afastando-se deste primeiro significado, o termo sujeito pode ser usado somente para se referir ao homem, tornando-o algo distinto dos demais fenômenos. Esta distinção pode se fundamentar na suposição de que o homem é composto por dimensões diferentes, uma corporal, que partilha com os demais fenômenos, e uma não-corporal, que lhe abre diferentes possibilidades e uma ou mais destas possibilidades (o pensamento, o sentimento, a liberdade, o conhecimento, a consciência em si) é que permitem sua caracterização como sujeito em oposição a todos os demais fenômenos que passam a ser vistos como objetos. Decorrentes desta concepção de homem como sujeito colocam-se novas questões sobre o conhecimento dos objetos e o próprio sujeito. Com relação ao conhecimento dos objetos: eles podem ser conhecidos tais quais são ou o conhecimento que deles se tem refletirá

¹ Em: *Temas em Psicologia - Análises Da Análise Do Comportamento: Do Conceito À Aplicação*. Sociedade Brasileira de Psicologia, (1993), nº 2

⁽²⁾ As referências dos textos de Skinner indicam, nesta ordem, a data original de publicação e a data da publicação consultada, quando a publicação consultada não for a original.

sempre características próprias do sujeito; com relação ao conhecimento do próprio sujeito: dada sua peculiaridade, o sujeito pode se conhecer e ter maior certeza do conhecimento que tem de si do que das coisas que lhe são exteriores ou, exatamente dada sua peculiaridade, ele não pode se conhecer tal qual conhece os objetos.

O termo sujeito pode ainda ser usado não só para distinguir o homem dos demais fenômenos, mas para distinguir cada homem de todos os demais. Nesse sentido significa singularidade. Cada homem seria original, idiossincrático. Neste caso nem cabe a questão da possibilidade deste sujeito ser conhecido, a não ser por si mesmo.

Como um pensador contemporâneo, Skinner deverá dialogar com estes significados do termo sujeito. Um diálogo que procura criticar todos estes significados como fundamento, resultado ou implicação do estudo do comportamento humano. Em nossa opinião, Skinner, ao desenvolver seu sistema explicativo, elabora uma concepção de homem antagônica às contidas nos significados do termo sujeito apontados: o homem não é algo que existe por si mesmo, não é origem, não é livre (no sentido de que não é determinado), não é de uma natureza diferente dos demais fenômenos e nem contém em si duas naturezas distintas; o homem está submetido a leis universais e é passível de ser conhecido.

Skinner parece se incluir numa tendência contemporânea de dissolução do sujeito sem que isto implique a negação de uma especificidade humana. Dentro desta tendência, sujeito é visto como relação; é isto que fundamenta se não todas, algumas das negações citadas. Dizer que Skinner se insere nesta tendência significa que não é ele o único, nem o primeiro a adotar o significado do termo sujeito como relação, mas que ele o desenvolve de forma peculiar.

Procuraremos, a seguir, indicar algumas proposições de Skinner, relacionadas a este significado do termo sujeito, que sustentam sua concepção de homem e lhe dão peculiaridade.

A primeira e mais básica proposição skinneriana que pode ser diretamente relacionada com a concepção de homem é a do conceito de operante. Não deve pairar dúvida sobre a caracterização que Skinner faz desta relação homem-ambiente. Apesar do próprio autor não deixar sempre explícito o significado deste conceito e não se referir a ele sempre do mesmo modo, existem passagens significativamente claras que podem inclusive compensar esta 'oscilação'. Desde o início, Skinner caracteriza o comportamento que compõe a relação operante como aquele que *produz* conseqüências e, exatamente por isso, tais conseqüências não poderão ser nunca "incidentais"(1935). A importância desta caracterização está no termo *produzir*, ele indica que o comportamento é indispensável porque ele é que produzirá aquilo que passará a fazer parte de seus determinantes. Dito de outra maneira, a conseqüência depende do comportamento e o determina.

A relação temporal entre os dois elementos (comportamento e conseqüência), tão enfatizada por Skinner, e que pode ter dado origem a uma compreensão limitada do conceito de operante, pode (ou talvez deva) ser vista como uma limitação perceptual do organismo que age. Talvez o único ou o mais forte critério/indício que o organismo tenha para identificar algo como conseqüência de seu comportamento seja a relação temporal entre o comportamento e o que acontece depois dele. Segundo Skinner, há uma falha no processo de condicionamento operante, possivelmente em decorrência da evolução da espécie:

“O processo possivelmente evoluiu porque o comportamento foi fortalecido quando tinha importantes conseqüências para o indivíduo e para a espécie.

Entretanto, o processo não poderia levar em conta a maneira como o comportamento produziu suas conseqüências. Era suficiente que as conseqüências se seguissem mesmo apesar de serem produzidas por várias e diferentes coisas realizadas. O condicionamento ocorre quando as conseqüências reforçadoras se seguem por alguma razão, qualquer que seja ela.”(1988b/ 1991, p.107).

Este mesmo aspecto é por ele abordado, em outro texto, de forma até mais contundente: “Certas inadequações na evolução do condicionamento operante levaram, por exemplo, ao comportamento supersticioso, que é geralmente destrutivo se não pernicioso”(1982/1987, p.175).

É a característica de “produtor” que o comportamento tem, quando inserido numa relação operante, que permite Skinner afirmar: “O mundo em que nós vivemos é amplamente uma criação das pessoas”(1985a/1987, p.18), ou “O operante é essencialmente o exercício do poder: ele tem um efeito sobre o ambiente” (1974/1976, p.154). É esta mesma característica que ele destaca e que parece fundamentar sua proposta sobre comportamento verbal. Todos nós conhecemos as primeiras frases do *Verbal Behavior*: “Os homens agem sobre o mundo, modificam-no e, por sua vez, são modificados pelas conseqüências de sua ação”(1957/1978, p.15).

Aqui começa a se esboçar a concepção de homem como relação. O homem constrói o mundo a sua volta, agindo sobre ele e, ao fazê-lo, está também se construindo. Não se absolutiza nem o homem, nem o mundo; nenhum dos elementos da relação tem autonomia. Supera-se, com isto, a concepção de que os fenômenos tenham uma existência por si mesmo, e a noção de uma natureza, humana ou não, estática, já dada. A própria relação não é estática, não supõe meras adições ou subtrações, não supõe uma causalidade mecânica. A cada relação obtém-se, como produto, um ambiente e um homem diferentes.

Dizer que como produto desta relação se tem um homem diferente a cada nova relação, significa dizer que este homem, a cada relação, se altera em sua totalidade. Desde o início, Skinner enfatiza estar lidando com o organismo como um todo. Porém, esta ênfase pode ter sido obscurecida ou mal compreendida por duas razões. Em primeiro lugar, ela aparece para distinguir a proposta de uma ciência do comportamento dos estudos fisiológicos sobre o reflexo, e ‘todo’, neste contexto, pode ter sido entendido como inteiro, como organismo intacto, e não como organismo que estava sendo modificado em sua totalidade. Em segundo lugar, o próprio conceito de reflexo, que orientava os estudos iniciais de Skinner, pode levar à fragmentação do organismo quando, entre outros aspectos, destaca a mudança em uma pequena parcela dele. Talvez por isto tenhamos, até hoje, dificuldades para compreender o que significa lidar, em nossos estudos, com uma amostra representativa do comportamento ou, como disse Skinner com “reflexos representativos” ou com uma “amostra de comportamento operante” (Skinner, 1938/1966, p.12 e p.48). Entretanto, apesar destas dificuldades, Skinner é bastante claro em relação ao fato de ser totalidade do organismo ou pessoa que está sendo alterada na interação com o ambiente, e esta sua posição aparece em vários textos e na abordagem de diferentes temas, por exemplo: ao discutir o perceber (1974/1976, p. 93), ao discutir o pensar (1974/1976, p.121), ao discutir o modelo de seleção pela conseqüência (1981/1987, p.59).

Talvez seja também este aspecto da totalidade sendo alterada que Skinner pretenda enfatizar quando discute, possivelmente de forma surpreendente para alguns de nós, os dois efeitos do reforçamento. Segundo Skinner, o reforçamento tem dois efeitos:

*“o efeito de **prazer** e de **fortalecimento**⁽³⁾. Eles ocorrem em diferentes momentos e são sentidos como coisas diferentes. Quando nós sentimos prazer, nós não estamos necessariamente sentindo uma maior inclinação para agir da mesma forma.”(...) “Por outro lado, quando nós repetimos o comportamento que foi reforçado, nós não sentimos o efeito de prazer que nós tínhamos sentido no momento em que o reforçamento ocorreu”.(1985a/1987, p.17).*

Parecem claras todas as dimensões da proposta de lidar com o organismo como um todo: as alterações não se reduzem a comportamentos e muito menos aos comportamentos escolhidos como objetos de estudo. Parece pouco medirmos frequência ou lidarmos com a probabilidade futura de algumas respostas, como também parece pouco lidarmos só com a expressão ou descrição dos sentimentos presentes em um determinado momento. Desprezar qualquer um dos efeitos levará a erro. Toda análise de Skinner sobre a punição (1953/1974, p.179-189, por exemplo) indica as conseqüências de se atentar somente para o efeito de fortalecimento. Em sua análise sobre a sociedade ocidental (1985a/1987, pp. 24-25 e p. 29, em especial) ele aponta os problemas de se atentar somente para o efeito de prazer. Em qualquer dos casos, a análise seria incompleta, se não incorreta, e levaria a práticas culturais nefastas. Qualquer consideração do homem que exclua um destes efeitos estaria incompleta. Não se é sujeito porque se sente, não se é sujeito porque se age. O sujeito age e sente, em última análise, como produto de sua própria ação.

Esta análise de Skinner merece, é claro, mais discussão, mais estudo. Entretanto, uma conseqüência pode desde já ser indicada. A caracterização que Skinner faz sobre o conceito de liberdade é vista por muitos como implicando um tratamento menor a este conceito, pelo fato de ele considerar liberdade como sentimento (1985b/1987). Claro que tendo como base de seu sistema teórico o conceito e operante, não cabe imaginar liberdade como indeterminação. Liberdade é um sentimento produzido por determinadas contingências de reforçamento, e como tal é um efeito tão importante quanto a própria alteração do comportamento. Possivelmente, a idéia de que ser sentimento é algo ‘menor’ venha do fato do próprio Skinner (1974/1976, p. 174) ter se referido a este efeito como um “condições colaterais”. Falar em dois efeitos do reforçamento, como apontado anteriormente, parece corrigir este ‘desvio’. Aliás, há alguns trechos de Skinner que mostram uma sofisticação na análise das contingências que produziriam tal sentimento, ultrapassando a dicotomia controle aversivo-controle positivo. Segundo Skinner:

*“Sob reforçamento negativo nós fazemos o que nós **temos** que fazer, e nós não sentimos liberdade. Nós podemos, também, não sentir liberdade sob reforçamento positivo ele é tão poderoso que nos impede de fazer coisas que gostaríamos de fazer. Escravos obviamente não sentem liberdade, mas trabalhadores também não sentem liberdade se eles devem trabalhar tanto e tão arduamente que eles não tenham tempo ou energia para fazer alguma coisa mais. Em Walden Two nós nos comportamos sob contingências de reforçamento positivo relativamente amenas⁽⁴⁾ e nós sentimos liberdade”.(1985b/1987, p.39).*

⁽³⁾ Do inglês “*the pleasing and the strengthening effects*”.

⁽⁴⁾ Do inglês “*undemanding*”.

Neste sentido, determinação não exclui liberdade. E não exclui também individualidade. Segundo Skinner, não há oposição entre leis gerais que descrevem as relações organismos-ambiente e a noção de indivíduo. Skinner se refere a esta individualidade já enquanto concebe o homem como ser genérico, como membro de uma espécie. Por exemplo, quando afirma que “um membro da espécie tem identidade no sentido de que é um membro e não outro. Ele começa como um organismo e se torna uma pessoa ou *self* quando ele adquire um repertório de comportamento”(1974/1976, p.247). Pode-se dizer, então, que esta noção de individualidade se aplica quando se aborda o organismo e quando se abordam as múltiplas possibilidades de construção de pessoa e *self*, em função das especificidades das contingências vividas. Pode-se ainda dizer que esta noção também se sofisticava quando Skinner propõe a distinção entre os conceitos de pessoa e *self*: “a pessoa na qualidade de repertório de comportamento pode ser observada pelos outros; o *self*, como conjunto de estados internos que acompanham o comportamento, é observado somente através de sentimentos ou introspecção”(1989/1991, pp. 44-45). A pessoa seria produto da vida particular de cada um e o *self* seria um produto de contingências sociais. Nada, apesar das leis gerais, sugere a ausência de individualidade; nada sugere que, sendo os processos de relação gerais, os produtos destes processos – o organismo, a pessoa e o eu – sejam iguais para todos que estão submetidos a eles.

Podemos até aqui verificar que, com base no conceito de operante que implica uma determinada relação organismo ambiente, Skinner desenvolve um sistema explicativo que contém uma concepção de homem visto como totalidade, em contínua interrelação com o ambiente e só podendo ser entendido dentro e a partir desta interrelação já que só assim pode-se pensar uma determinação recíproca. Determinação que não exclui, mas explica, o sentimento de liberdade e a singularidade.

Entretanto, a compreensão desta determinação (e, portanto, da concepção de homem contida no Behaviorismo Radical) exige que se considere, ainda, mais um aspecto que também está relacionado ao conceito de operante. Este conceito parece implicar, desde suas primeiras formulações (Skinner, 1935), uma concepção de causalidade fundada no modelo da seleção natural. Por outro lado, as elaborações mais recentes de Skinner (1981/1987, 1988/1991 e 1990, por exemplo) sobre o modelo de seleção pelas conseqüências parecem dar ao conceito de operante uma nova dimensão: um conceito que não poderá ser dispensado, dado o seu papel na relação entre os três níveis de variação e seleção, mas que ao mesmo tempo perde a exclusividade na explicação do comportamento.

Ao analisar os três níveis de seleção – a seleção natural, as contingências operantes e a cultura – Skinner indica a não absolutização do conceito de operante como conceito explicativo. A explicação do comportamento humano (de todo e qualquer comportamento humano) exige que se considere cada um destes níveis de determinação e a interação entre eles.

Além disso, tal como Skinner os entende, cada um dos níveis de variação e seleção, ao atuar sobre o homem, tem “falhas”. A seleção natural prepararia o homem para viver em um ambiente semelhante àquele no qual a seleção se deu, caberia então ao condicionamento operante garantir que o homem possa reagir a aspectos do ambiente “que não são estáveis o suficiente para desempenhar um papel na evolução” (1991, p. 1206). O segundo nível de variação e seleção – o condicionamento operante – por sua vez só pode agir após o aparecimento da primeira resposta; dito de outra maneira, a resposta tem que ocorrer para poder ser afetada por suas conseqüências; esta lacuna será suprida pela cultura que possibilita, através de vários processos, o aparecimento de respostas novas a partir do comportamento dos outros. O terceiro nível de seleção e variação – a cultura – apresentaria

também a “falha” de preparar “um grupo só para um mundo que se assemelha ao mundo no qual a cultura evoluiu”(1991, p.1206). Finalmente, todos os níveis estariam sujeitos a falhas: “variações são randômicas e as contingências de seleção acidentais”(1991, p.1207). Inserida neste contexto, a relação operante não esgota mas é imprescindível para a explicação do comportamento, pois pode ser vista como possibilitando as variações necessárias para que os homens possam sobreviver em novos ambientes, seja como membro de uma espécie, seja como participante de uma cultura. E, é importante notar, o faz sem recorrer a conceitos finalistas ou a uma causalidade mecânica. É a clara inserção do conceito de operante neste novo modelo explicativo que permite prescindir de uma concepção de homem que se torna sujeito porque é originador, isto é, que a partir de si mesmo determina sua ação sobre o mundo.

Entretanto, seria estranho falar em um homem agente obra do acaso, produto só de acidentes. São os ambientes sociais que permitirão ao homem o desenvolvimento de um repertório que possibilitará a superação do acaso; este repertório se inicia com o controle operante da fala e chega à produção de conhecimento. Claro que, para Skinner, é especial a produção de conhecimento e seu efeito sobre o comportamento humano, pois será este conhecimento que possibilitará o planejamento da cultura. A ‘análise das contingências’ nos três níveis citados, resguardando obviamente as características próprias que o estudo de cada um deles exige, permitirá planejar a cultura de forma a superar o acaso, já que as conseqüências selecionadoras poderão ser, pelo menos hipoteticamente, previstas e controladas. Mas, como afirma Skinner, “isto não pode ser feito no sentido em que o termo controle é usado na mecânica clássica, e pela própria razão que as coisas vivas não são máquinas: a seleção pelas conseqüências faz a diferença”(1981/1987, p. 61-62). Este planejamento não livrará os homens de se submeterem ao controle pelas conseqüências, já que o próprio plano deverá passar pelo crivo da prática e, ao mesmo tempo, supõe a existência de um homem com capacidade de projetar. Alguns aspectos da concepção de Skinner sobre a produção de conhecimento podem esclarecer esta possibilidade.

A posição de Skinner com relação à produção de conhecimento pode ser melhor compreendida a partir do modelo de seleção por conseqüências e da sua abordagem sobre o auto-conhecimento.

Se por um lado este modelo indica um caráter pragmático, por outro lado este mesmo caráter pragmático exige a presença de uma realidade que existe independentemente do sujeito produtor de conhecimento, na medida em que ela retroage sobre ele, selecionando suas práticas. Desta forma, sem negar a existência do mundo, Skinner parece superar as concepções que recorrem ao critério de verdade como representação. Vários trechos de sua obra parecem deixar isto claro, como por exemplo, quando, ao analisar o pensamento, Skinner afirma que “todo conhecimento, verbal ou de outro tipo, está sujeito ao *a priori* kantiano, no sentido de que o homem, enquanto sistema que se comporta tem características e limitações inelutáveis”(1957/1978, p. 536); ou quando, ao analisar a percepção, afirma que “a dotação genética da espécie mais as contingências às quais o indivíduo foi exposto, determinam o que ele perceberá” (...) “a pessoa não é um expectador indiferente a absorver o mundo como uma esponja” (...) “não estamos apenas ‘atentos’ ao mundo que nos cerca; respondemos a ele de modos idiossincráticos por causa do que aconteceu quando estivemos em contato com ele”(1974/1976, pp. 82-83); ou, ainda, quando, ao caracterizar o conhecimento, afirma que “nosso conhecimento é ação ou no mínimo regras para ação”(1974/1976, p. 154). No processo de produção de conhecimento ficam claras as presenças de uma realidade com

existência independente do sujeito e de um sujeito com uma história (da espécie e individual) que determina a interação e a apreensão desta realidade.

Deve-se ressaltar que Skinner afirma o auto-conhecimento como a possibilidade de um tipo especial de conhecimento. Como fruto de contingências sociais os homens podem descrever seus comportamentos, sentimentos e as relações entre seus comportamentos, sentimentos e o ambiente; estas descrições podem se referir a eventos passados, presentes e futuros. Para Skinner, o auto-conhecimento é sinônimo de consciência, podendo haver diferentes graus de consciência correspondendo à quantidade e ao tipo de elementos envolvidos na descrição. Estes diferentes graus teriam como extremos, de um lado, o “comportamento modelado e mantido por suas conseqüências imediatas” que seria “não só inconsciente”, mas “irracional, irrazoável, não planejado”, e, de outro, o “auto-governo”, quando “fazemos nossas próprias regras e as seguimos”(1985b/1987, p. 38). Com isso, abre-se a possibilidade, apesar de todas as dificuldades nela envolvidas, de um sujeito consciente e, inclusive por isso, passível de ser conhecido.

Assim, parece que no planejamento e no auto-governo se encontram as possibilidades máximas de ação do homem porque ele encontra aí a possibilidade de arbitrar sobre seus determinantes.

Skinner efetivamente identifica na possibilidade do homem descrever contingências e, a partir daí, elaborar e seguir regras “ganhos extraordinários”. Entretanto, identifica exatamente nisso o grande perigo para a constituição do homem consciente. As regras podem afastar os homens das conseqüências naturais de seus comportamentos. Enquanto as conseqüências especificadas em uma regra não forem produzidas pelo comportamento também especificado por ela, as regras são seguidas por causa das conseqüências que o comportamento de seguir outras e quaisquer regras produziu no passado. Com isto, ao seguir a regra as conseqüências responsáveis pelo comportamento podem não estar relacionadas ao estado atual de privação; ao seguir regras, novas contingências deixam de ser exploradas e reforçadores podem ser perdidos e, finalmente, as conseqüências previstas na regra são, em geral, indiretas e atrasadas (Skinner, 1985a/ 1987). Desta forma, as regras podem até contribuir para a construção de um ser consciente, mas podem retirar deste ser talvez a principal característica que lhe permitiu tornar-se agente: comportar-se em função de suas próprias razões, que é o que o condicionamento operante lhe possibilita.

A separação entre o comportamento e suas conseqüências naturais é, segundo Skinner (1974/1976, 1985a/1987, 1985b/1987), alienação. É esta separação que faz com que o trabalhador sinta-se “impotente”, “estranhado”, “despersonalizado”⁽⁵⁾ (1985b/1987, p. 37). Como conseqüência, diferentemente de um repertório “rico e variado” desenvolvido “na vida diária”, “o repertório modelado e mantido por uma fábrica é pequeno e deteriorado. Não compõe muito de uma pessoa” (1985b/1987, p. 37). Além disso, a especialização e a divisão do trabalho, mesmo podendo trazer ganhos, torna a alienação do trabalhador inevitável pois afasta o trabalhador do produto do seu trabalho, acarretando também como conseqüência a repetitividade das ações e o sentimento de desagrado que isto acarreta. Esta situação leva ao uso de práticas aversivas para controlar o comportamento dos trabalhadores (1985a/ 1987, pp.19-20).

Alienação parece se antagonizar com a noção de homem como sujeito, isto é como agente, como ser ativo, capaz de imprimir direção a suas ações, a sua vida. Se isto for verdade, novos elementos devem ser considerados para constituição deste homem: a

⁽⁵⁾ Do inglês, respectivamente, “powerless”, “estranged”, “depersonalized”.

variabilidade e o contato com a realidade, pois a condição básica para a construção de um homem assim concebido é a sensibilidade ao mundo e às suas transformações.

Talvez o grande problema seja descobrir as condições que possibilitam tal construção. Com certeza entre elas não estará uma sociedade disciplinadora, porque seleção implica sempre variação e os homens para serem sujeitos não podem ser regidos por regras.

Referências:

- Richelle, M. (1981). *Skinner o el Peligro Behaviorista*. Barcelona: Herder.
- Skinner, B.F.(1931). *The Concept of the Reflex in the Description of Behavior*. *The Journal of General Psychology*, 5, 427-458.
- Skinner, B.F.(1935). Two Types of Conditioned Reflex and a Pseudo-Type. *The Journal of General Psychology*, 12, 66-77.
- Skinner, B.F.(1966). *The Behavior of Organisms*. New York: Appleton-Century-Crofts. Publicação original de 1938.
- Skinner, B.F.(1976). *About Behaviorism*. New York: Vintage Books. Publicação original de 1974.
- Skinner, B.F.(1978). *Comportamento Verbal*. São Paulo: Cultrix/EDUSP. Publicação original de 1957.
- Skinner, B.F.(1987). The Contrived Reinforcer. Em B.F. Skinner, *Upon Further Reflections*. New Jersey: Prentice-Hall. Publicação original de 1982.
- Skinner, B.F.(1987). What is Wrong with Daily Life in the Western World. Em B.F. Skinner, *Upon Further Reflections*. New Jersey: Prentice-Hall. Publicação original de 1985a.
- Skinner, B.F.(1987). News from Nowhere. Em B.F. Skinner, *Upon Further Reflections*. New Jersey: Prentice-Hall. Publicação original de 1985b.
- Skinner, B.F.(1989). *Ciência e Comportamento Humano*. São Paulo: Martins Fontes. Publicação original de 1953.
- Skinner, B.F.(1991). Gens e Comportamento. Em B.F. Skinner, *Questões Recentes na Análise do Comportamento*. Campinas: Papyrus. Publicação original de 1988a.
- Skinner, B.F.(1991). O Lado Operante da Terapia Comportamental. Em B.F. Skinner, *Questões Recentes na Análise do Comportamento*. Campinas: Papyrus. Publicação original de 1988b.
- Skinner, B.F.(1991). O Eu Iniciador. Em B.F. Skinner, *Questões Recentes na Análise do Comportamento*. Campinas: Papyrus. Publicação original de 1988c.

Skinner, B.F.(1991). Can Psychology Be a Science of Mind? *American Psychologist*, 45, 1206-1210.